

Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa

Despacho n.º 2010/2011

Considerando a orgânica da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa (Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro) e o Mapa de Pessoal aprovado para 2011, torna-se necessário realizar os procedimentos previstos na lei para o preenchimento do cargo de Director do Gabinete de Apoio à Gestão, cargo de direcção intermédia de 2.º grau, que se encontra vago. A Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e alterações constantes da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, estabelece, no n.º 1 do seu artigo 27.º, que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura de lugar. Assim, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e as alterações constantes da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e da Lei n.º 1/2009, de 5 de Janeiro, e por deliberação do Conselho Executivo de 21 de Dezembro de 2010, nomeio, em regime de substituição e por urgente conveniência de serviço, a Dra. Carla Maria Guerra Silva, do mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, IP, que reúne os requisitos legais e é detentora de aptidão técnica para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, no cargo de Directora do Gabinete de Apoio à Gestão, com efeitos a 01 de Janeiro de 2011, conforme evidencia a respectiva nota curricular em anexo.

19 de Janeiro de 2011. — O Presidente do Conselho Executivo, *Carlos Alberto do Maio Correia*.

Nota Curricular

Nome: Carla Maria Guerra Silva

Formação académica:

Doutoranda em Ciências Sociais, na especialidade de Administração Pública Pós-Graduada em Ciências Jurídico-Públicas (2000)
Licenciada em Direito (1992) *Formação complementa mais relevante:*
CADAP — Curso de Alta Direcção em Administração Pública (2009)
DEGP — Diploma de Especialização em Gestão Pública (2009)
DECCP — Diploma de Especialização em Compras e Contratação Pública (2008)

Experiência profissional:

Desde Outubro de 2010, é Investigadora do Centro de Administração de Políticas Públicas no grupo de Ciência da Administração Pública.
De 2008 a 2010, exercício de funções de *Técnica Superior*, enquanto *jurista* no Departamento de Administração e Património do Instituto de Segurança Social, IP, com maior incidência nas áreas

da contratação pública e gestão patrimonial; emissão de pareceres, instrução de processos de inquérito de acidentes de viação, furtos, acidentes de pessoal e ou utentes, e outros comportamentos eventualmente passíveis de procedimento disciplinar, elaboração de contratos (contratação pública — bens, serviços e empreitadas), arrendamentos, cedências, cessões de posição contratual, comodatos; elaboração de protocolos de cooperação, processos de auditoria, e procedimentos disciplinares.

De 2001 a 2007, exercício de funções de Técnica Superior, enquanto *jurista* e *advogada* na Unidade Jurídica do Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa (emissão de pareceres, elaboração de peças processuais e acompanhamento de processos em tribunal nas áreas de Direito Administrativo, Civil e Criminal, instrução de processos de inquérito e de Protecção Jurídica, contratação pública, elaboração de contratos (contratação pública — bens, serviços e empreitadas), arrendamentos, cedências, cessões de posição contratual, comodatos; elaboração de protocolos de cooperação).

De 1997 a 2000, exercício de funções, em regime de avença, no Ministério da Saúde, Sub-Região de Saúde de Setúbal, enquanto *jurista*, com maior incidência na área da contratação pública, emissão de pareceres, instrução de processos de inquérito/averiguações e resposta às reclamações dos utentes dos Centros de Saúde abrangidos pela Sub-Região de Saúde de Setúbal.

No mesmo período exerceu também funções na Direcção de Internato de Clínica Geral de Setúbal, enquanto *assessora de direcção*, onde era responsável pelos recursos humanos adstritos a essa Direcção, incluindo a organização de estágios hospitalares e reuniões com as direcções hospitalares

Exerceu ainda funções de gerência e de direcção de gabinete jurídico em empresa privada ligada à administração de condomínios.

De 1994 a 2000, exerceu advocacia por conta própria nas áreas de Direito Civil e Administrativo.

De 1992 a 1994, efectuou o estágio necessário para ingresso na Ordem dos Advogados, tendo tido como patrono o Exmo. Senhor Dr. João Rodrigues.

204242831

Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.

Aviso n.º 2849/2011

Para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, publicam-se os valores dos índices de custos de mão-de-obra (Quadro I), de materiais (Quadro II) e de equipamentos de apoio (Quadro III), relativos aos meses de Julho, Agosto e Setembro de 2010, fixados por despacho de 3 de Janeiro de 2011 do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações.

QUADRO I

Índices de custos de mão-de-obra (Continente)

Base 100: Janeiro de 2004

Índices		Julho de 2010	Agosto de 2010	Setembro de 2010
	Global	125,7	125,7	125,7
Código	Por fórmula tipo (*)			
F01	Edifícios de habitação	126,6	126,6	126,6
F02	Edifícios administrativos	126,7	126,7	126,7
F03	Edifícios escolares	126,8	126,8	126,8
F04	Edifícios para o sector da saúde	126,8	126,8	126,8
F05	Reabilitação ligeira de edifícios	127,0	127,0	127,0
F06	Reabilitação média de edifícios	126,9	126,9	126,9
F07	Reabilitação profunda de edifícios	126,5	126,5	126,5
F08	Campos de jogos com balneários	127,0	127,0	127,0
F09	Arranjos exteriores	126,4	126,4	126,4
F10	Estradas	124,6	124,6	124,6
F11	Túneis	123,9	123,9	123,9
F12	Pontes de betão armado ou pré-esforçado	124,8	124,8	124,8
F13	Viadutos de betão armado ou pré-esforçado	125,1	125,1	125,1
F14	Passagens desniveladas de betão armado ou pré-esforçado	124,8	124,8	124,8
F15	Grandes reparações de estradas	125,0	125,0	125,0
F16	Conservação de estradas	125,4	125,4	125,4

Índices		Julho de 2010	Agosto de 2010	Setembro de 2010
F17	Pavimentação de estradas	124,6	124,6	124,6
F18	Estruturas de betão armado	126,3	126,3	126,3
F19	Estruturas metálicas	126,1	126,1	126,1
F20	Instalações eléctricas	126,6	126,6	126,6
F21	Redes de abastecimento de água e de águas residuais	124,9	124,9	124,9
F22	Barragens de terra	126,6	126,6	126,6
F23	Redes de rega e drenagem	125,5	125,5	125,5
Código	Por profissão			
P01	Pedreiro	126,8	126,8	126,8
P02	Armador de ferro	122,5	122,5	122,5
P03	Carpinteiro	123,4	123,4	123,4
P04	Espalhador de betuminosos	122,6	122,6	122,6
P05	Ladrilhador/azulejador	130,5	130,5	130,5
P06	Estucador	131,7	131,7	131,7
P07	Canalizador	122,3	122,3	122,3
P08	Electricista	123,4	123,4	123,4
P09	Pintor	127,8	127,8	127,8
P10	Serralheiro	124,4	124,4	124,4
P11	Motorista	123,2	123,2	123,2
P12	Condutor de máquinas	121,7	121,7	121,7
P13	Servente	129,9	129,9	129,9

Os índices ponderados de custos de mão-de-obra estão afectados de todos os encargos emergentes das disposições em vigor no período a que respeitam, pelo que compreendem: segurança social, seguro, caixa nacional de seguros de doenças profissionais, medicina no trabalho, férias, subsídio de férias, feriados, tolerância de ponto, faltas remuneradas, cessação e caducidade do contrato (indenização por cessação do contrato individual de trabalho e compensação por caducidade do contrato a termo certo e a prazo), inactividade devida ao mau tempo, subsídio de Natal e formação profissional.

(*) As fórmulas tipo F01 a F14 são as que constam do Despacho n.º 1592/2004 (2.ª série), de 8 de Janeiro, considerando a Rectificação n.º 383/2004 (2.ª série), de 25 de Fevereiro; as fórmulas tipo F15 a F23 constam do Despacho n.º 22 637/2004 (2.ª série), de 12 de Outubro.

QUADRO II

Índices de custos de materiais

M01 a M41 — Base 100: Dezembro de 1991
M42 a M51 — Base 100: Janeiro de 2004

Código	Materiais	Julho de 2010	Agosto de 2010	Setembro de 2010
M01	Britas	104,3	104,3	104,3
M02	Areias	89,3	89,3	89,3
M03	Inertes	99,4	99,4	99,4
M04	Ladrilhos de calcário e granito	96,0	96,0	96,0
M05	Cantarias de calcário e granito	110,6	110,6	110,6
M06	Ladr. e cant. de calcário e granito	96,3	96,3	96,3
M07	Telhas cerâmicas	115,5	117,7	115,4
M08	Tijolos cerâmicos	81,8	84,1	85,5
M09	Produtos cerâmicos vermelhos	91,7	94,0	94,2
M10	Azulejos e mosaicos	110,9	111,0	111,0
M12	Aço em varão e perfilados	265,4	267,9	267,5
M13	Chapa de aço macio	147,3	147,3	147,4
M14	Rede electrossoldada	181,2	180,7	182,4
M15	Chapa de aço galvanizada	144,4	144,4	144,6
M16	Fio de cobre nú.	265,0	270,8	274,3
M17	Fio de cobre revestido	219,5	224,3	227,2
M18	Betumes a granel	413,6	409,4	418,0
M19	Betumes em tambores	453,6	450,3	453,7
M20	Cimento em saco	150,8	149,9	148,2
M21	Explosivos	137,2	135,4	132,5
M22	Gasóleo	250,9	250,4	249,5
M23	Vidro	93,8	91,2	89,8
M24	Madeiras de pinho	139,7	139,7	139,3
M25	Madeiras especiais ou exóticas	138,8	138,8	140,7
M26	Derivados de madeira	129,5	129,5	129,4
M27	Aglomerado negro de cortiça	174,1	174,1	174,1
M28	Ladrilho de cortiça	123,8	123,8	123,8
M29	Tintas para construção civil	252,5	252,5	252,5
M30	Tintas para estradas	250,0	250,0	250,0
M31	Membrana betuminosa	259,1	259,1	259,1
M32	Tubo de PVC	107,1	106,0	101,2
M33	Tubo de PVC p/ instalações eléctricas	176,6	176,6	174,0
M34	Blocos de betão normal	112,7	112,7	112,7

Código	Materiais	Julho de 2010	Agosto de 2010	Setembro de 2010
M35	Manilhas de betão	135,8	135,8	135,8
M36	Tubagem de fibrocimento	157,9	157,9	157,9
M37	Chapa de fibrocimento ⁽¹⁾	186,0	186,1	186,3
M39	Caixilharia em alumínio anodizado	137,8	137,7	137,7
M40	Caixilharia em alumínio termolacado	128,5	130,9	131,1
M41	Pavimentos aligeirados de vigotas pré-esforçadas e blocos cerâmicos	127,0	127,4	128,9
M42	Tubagem de aço e aparelhos para canalizações	100,2	100,2	100,2
M43	Aço para betão armado	162,9	162,9	162,9
M44	Aço para betão pré-esforçado	162,6	154,3	154,3
M45	Perfilados pesados e ligeiros	153,1	153,1	153,1
M46	Produtos para instalações eléctricas	165,7	168,6	170,6
M47	Produtos pré-fabricados de betão	97,9	100,8	95,3
M48	Produtos para ajardinamentos	109,8	109,8	109,8
M49	Geotêxteis	100,9	99,8	98,7
M50	Tubos e Acessórios de Ferro Fundido e Aço	151,7	151,8	152,2
M51	Tintas para Construção Metálica	121,7	121,7	121,7

(1) Este produto deixou de ter incorporadas fibras de amianto, que foram substituídas por outros tipos de fibras.

QUADRO III

Índices de custos de equipamentos de apoio

Base 100: Janeiro de 2004

Índice	Julho de 2010	Agosto de 2010	Setembro de 2010
Equipamentos de apoio	111,1	111,2	111,2

17 de Janeiro de 2011. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Fernando Silva*.

204240928

Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.

Aviso n.º 2850/2011

Procedimento concursal comum para preenchimento de seis postos de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado — Instituto de Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P./Direcção Regional de Mobilidade e Transportes do Alentejo/Subdelegação Distrital de Portalegre.

De harmonia com o estipulado no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e após homologação, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos no procedimento concursal comum, aberto pelo aviso n.º 7156/2010 (referência 2 — um posto de trabalho), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 69, de 9 de Abril de 2010.

Lista unitária de ordenação final dos candidatos

Candidatos aprovados	Classificação final (valores)
Maria da Conceição Cunha Soares	13,62

14 de Janeiro de 2011. — O Vogal, *Jorge Baptista e Silva*, presidente do IMTT, I. P., nos termos do artigo 15.º do CPA.

204244305

Aviso n.º 2851/2011

Procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado — Instituto de Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P./Direcção Regional de Mobilidade e Transportes do Centro/Delegação Distrital de Viação de Viseu.

De harmonia com o estipulado no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e após homologação, torna-se pública

a lista unitária de ordenação final dos candidatos no procedimento concursal comum, aberto pelo Aviso n.º 7162/2010, publicado no DR, n.º 69, 2.ª série, de 09 de Abril de 2010.

Lista Unitária de Ordenação Final dos Candidatos

Candidatos aprovados	Classificação final (valores)
1.º Isabel Maria Vicente Lucas Godinho de Ataíde	17,400
2.º Irene Maria da Costa Araújo Morgado	13,451
3.º Adília Catarina Lopes Soares	12,494
4.º Teresa Paula Cardoso Vaz	12,144
5.º António José Gonçalves Santos	10,880

Candidatos excluídos	Motivo
José António Esteves Ferreira	a)
Maria Teresa Facas de Assunção Gouveia	a)
Paulo Sérgio Santiago dos Santos	a)

a) Excluído por falta de comparência ao método de selecção Entrevista Profissional de Selecção.

14 de Janeiro de 2011. — O Vogal, *Jorge Baptista e Silva*, Presidente do IMTT, I. P., nos termos do artigo 15.º do C.P.A.

204244102

Aviso n.º 2852/2011

Procedimento concursal comum para preenchimento de seis postos de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado — Instituto de Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P./Direcção Regional de Mobilidade e Transportes do Alentejo.

De harmonia com o estipulado no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e após homologação, torna-se pública